

# IMPACTOS DA ROTA DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA NO TERRITÓRIO INDÍGENA KADIWÉU

IMPACTS OF THE LATIN AMERICAN INTEGRATION ROUTE ON THE KADIWÉU INDIGENOUS TERRITORY

IMPACTOS DE LA RUTA DE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA EN EL TERRITORIO INDÍGENA KADIWÉU

IMPACTS DE LA ROUTE D'INTEGRATION LATINO-AMERICAINE SUR LE TERRITOIRE DE LA COMMUNAUTE AUTOCHTONE KADIWEU



Léia Teixeira Lacerda\*

Kátia Cristina Nascimento Figueira\*

Maria Leda Pinto\*

## Introdução

A Rota de Integração Latino-Americana (Rila) também denominada Corredor Rodoviário Bioceânico (Porto Murtinho - Portos do Norte do Chile), interligará o Brasil com o Paraguai, a Argentina e o Chile atravessando o estado de Mato Grosso do Sul. Perfez um total de 2,2 mil quilômetros entre Campo Grande e os portos localizados no norte do Chile, ligando o oceano Atlântico ao Pacífico. Assim, o escoamento da produção para a Ásia e costa oeste americana terá redução da distância para a comercialização da produção. Com essa construção os governos do Brasil, Paraguai, Argentina e Chile reafirmaram a intenção por meio de documentos assinados pelos seus representantes como a Declaração de Assunção em dezembro de 2015, no Paraguai e, em 2017, a Declaração de Brasília (Projeto, 2018, p. 2).

Após a formalização da Declaração de Assunção pelos presidentes desses países, constituiu-se um Grupo de Trabalho integrado pelos representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, Ministério dos Transportes

\* Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

e setores de transporte e logística. Para a produção acadêmica envolvendo as Instituições de Ensino Superior foram criados subgrupos de trabalho: I) Transporte e Logística, II) Comércio, III) Integração Aduaneira e IV) Turismo. Em decorrência dessa organização, nasceu a Rede Universitária do Corredor Bioceânico (UniRila), formada por pesquisadores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade Federal de Grande Dourados (Brasil); Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (Brasil); Uniderp/Anhanguera (Brasil) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Brasil) instituições integrantes da Rede Universitária, da qual participam também a Universidad Nacional de Assunción (Paraguai); a Universidad Nacional de Salta (Argentina); a Universidad Nacional de Jujuy (Argentina), a Universidad Católica de Salta (Argentina); a Universidad Católica do Norte (Chile); a Universidad de Antofagasta (Chile).

Os pesquisadores organizaram-se nos seguintes eixos de trabalho: 1. Internacionalização e Mobilidade Acadêmica; 2. Desenvolvimento Local e Turístico e 3. Impactos Sociais, englobando a educação municipal de Porto Murtinho.

A Rota passará por 12 (doze) localidades tendo como ponto de partida Campo Grande estendendo-se até Porto Murtinho, cidades localizadas em Mato Grosso do Sul e percorrerá Carmelo Peralta, Mariscal Estigarribia, Pozo Hondo (Paraguai), Misión La Paz, Tartagal, Jujuy, Salta (Argentina), Sico, Jama até alcançar os portos no Pacífico de Antofagasta - Mejillones e Iquique (Chile).

De acordo com Asato *et al.* (2019, p. 47) essa construção contribuirá com o desenvolvimento de infraestrutura e desburocratização, nos seguintes aspectos:

- i) simplificação dos processos alfandegários nas divisas entre os países; ii) pavimentação de cerca de 530 km em trechos de estrada na Argentina e Paraguai;
- iii) promoção de meios de sinalização turística; iv) capacitação de pessoas com relação aos atrativos da Rota de Integração, desde os que já existem até outros que possam ser viabilizados com a sua abertura, assim como v) a integração cultural que envolve o Corredor Rodoviário, por estabelecer trajeto e relações entre quatro países da América do Sul.

O desenvolvimento econômico que a Rila será acompanhado por impactos sociais nas populações fronteiriças e periféricas que se encontram em

seu entorno. Essa configuração demandará dos agentes públicos e dos pesquisadores envolvidos, estudos que permitam evidenciar como a realidade local será transformada em seus aspectos territoriais, sociais, econômicos e culturais.

Porto Murtinho localiza-se em uma região de fronteira fazendo divisa com a cidade de Carmelo Peralta no Paraguai. Essa particularidade tem permitido a circulação de pessoas e mercadorias pelo Rio Paraguai e, com a construção da ponte entre os dois países, essa condição se intensificará do Brasil para o Chile e vice-versa que pode resultar em convivência entre ambas as cidades ora de forma tranquila ora de forma conflituosa, característica típica de regiões de fronteira (Martins, 1997; Meneses; Rodrigues, 2015).

Assim, é preciso considerar as singularidades desse contexto social da região de fronteira, pois:

[...] para entender os processos da realidade social dos sujeitos que habitam uma região de fronteira, é imprescindível conhecer os contextos vivenciados no cotidiano, considerando que as fronteiras políticas são criações humanas, delimitadas e demarcadas por processos de ocupação militar, demográfica, econômica, política e cultural nos territórios nacionais, apresentando variados sentidos e significados construídos pelas populações que convivem em seu dia-a-dia com as travessias e os controles estatais (Albuquerque, 2010 *apud* Projeto, 2018, p. 10).

Essa concepção de fronteira articula-se com a compreensão de território, pois historicamente, o conceito de fronteira foi estruturado em uma perspectiva geográfica de limite territorial entre países. No entanto, essa visão foi ampliada ao incorporar aspectos de interação e cooperação propiciada pelo contexto no qual os grupos sociais estão inseridos e se destacam como elementos de diferenciação:

As fronteiras foram e serão sempre um elemento chave de diferenciação, comunhão e comunicação, interpondo-se entre a ordem e a desordem, entre o formal e o funcional, abraçando, nem sempre com equilíbrio, as regras e os ritos socioculturais conexos e desconexos (Oliveira, 2015, p. 235).

O estado de Mato Grosso do Sul (MS) é constituído por 79 municípios, sendo 44 na faixa de fronteira. Esse termo é definido pela Constituição Federal de 1988, como uma "faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é

considerada fundamental para a defesa do território nacional e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei” (Brasil, 2016, p. 26).

Além de possuir ampla faixa de fronteira, Mato Grosso do Sul possui sete cidades gêmeas, entendidas como cidades próximas de países vizinhos com grande circulação de capitais, bens e pessoas: Corumbá (Brasil)-Puerto Suárez (Bolívia); Porto Murtinho (Brasil)-Capitán Carmelo Peralta (Paraguai); Bela Vista (Brasil)-Bella Vista Norte (Paraguai); Ponta Porã (Brasil)-Pedro Juan Caballero (Paraguai); Coronel Sapucaia (Brasil)-Capitán Bado (Paraguai); Paranhos (Brasil)-Ypejhú (Paraguai); Mundo Novo (Brasil)-Salto del Guairá (Paraguai).

Neste texto norteamos a nossa discussão elencando alguns impactos sociais que envolvem a região de fronteira da população do entorno da Rota de Integração latino-Americana, notadamente os povos que habitam o Território Indígena Kadiweu em Porto Murtinho - MS evidenciados nas entrevistas com moradores e professores que atuam na Escola Municipal Indígena “Ejiwajegi” – Polo e Extensões, localizada nesta comunidade. Para tanto, o texto apresenta um recorte dos resultados da pesquisa “Análise dos Impactos Educacionais da Rota Bioceânica sobre os Povos Originários da Reserva Indígena Kadiwéu, Mato Grosso do Sul, Brasil” financiada por meio do Chamada Fundect Nº 31/2021 - Universal 2021 – ODS.

Inicialmente visitamos o cacique, os moradores, e gestores da escola, bem como os gestores da Secretaria Municipal de Educação de Porto Murtinho a fim de apresentar a proposta e obter os Termos de Consentimento. Em outro momento, fomos recebidos para as intensas festividades de comemoração da Cultura ocorrida na Escola Municipal Marechal Rondon – Extensão polo localizada na Aldeia Campina. Em um terceiro momento, nos deslocamos para a aldeia Alves de Barros, *locus* da Escola Municipal Indígena “Ejiwajegi”. Assim, obtivemos como resultado 7 (sete) entrevistas com moradores, ceramista, gestores da escola e professores; 5 (cinco) vídeos dos entrevistados; 245 (duzentos e quarenta e cinco) fotografias; 52 (cinquenta e dois) vídeos em evento produzido pela comunidade para a comemoração da cultura e, ainda, Instrumento diagnóstico da referida escola. Os dados referem-se a esses momentos vividos junto aos moradores no interior do Território, por quem fomos muito bem recebidos e publicamente agradecemos a generosidade de todos.

## Contexto histórico das etnias do Território Indígena Kadiwéu

A instituição escolar Municipal Indígena “Ejiwajegi” – Polo e Extensões está localizada no Parque Nacional da Serra de Bodoquena, área protegida que abrange os municípios de Porto Murtinho, Bonito e Jardim:

As áreas protegidas no Brasil são denominadas unidades de conservação. Esses territórios, que não devem ser confundidos com propriedades rurais, são espaços instituídos pelo poder público com objetivo de proteção da biodiversidade, conforme dispõe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000). O território de Porto Murtinho integra parte do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Perdido e um pequeno parque, o Parque Natural Municipal Cachoeira do Apa, num total de 60.907,95 hectares dos 1.773.500 hectares que perfazem a superfície territorial do município, ou seja, as unidades de conservação não alcançam 4% do território (Benites *et al.*, 2019, p. 270).

No que se refere aos dados quantitativos o Censo Demográfico de 2022 contabilizou a população indígena do Brasil em um total de 1.693,535 mil pessoas, representando 0,83% da população total do país. O estado de Mato Grosso do Sul possui população indígena com 116.346 mil pessoas conforme apontam os dados do IBGE (Brasil, 2022) com a seguinte configuração:

Os povos indígenas atualmente assentados em Mato Grosso do Sul são onze: Terena e Kinikináu, ambos da família linguística arawak; Kaiowa e Guarani, da família linguística tupi-guarani; Kadiwéu, de língua guaikurú; Ofaié (também conhecidos como Ofaié-Xavante) e Guató, do tronco macrojê; Chamacoco e Ayoreo de língua zamuco; Atikum e Cambá, cada um com uma língua original isolada, que hoje não falam mais (Chamorro; Combès, 2015, p. 20).

Nincao (2008) aponta que as etnias existentes em Mato Grosso do Sul estão distribuídas em dois territórios etnoeducacionais: o Cone Sul que abriga os Guarani e os Kaiowá e o Povos do Pantanal que abriga os Terena, os Kinikináu, os Kadiwéu, os Ofayé-Xavante, os Guató, os Kamba e os Atikum.

O território etnoeducacional é definido por meio do Decreto nº. 6861, de 27 de maio de 2009, o Art. 6, parágrafo único:

Cada território etnoeducacional compreenderá, independentemente da divisão político-administrativa do País, as terras indígenas, mesmo que descontínuas, ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracte-

rizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações lingüísticas, [sic] valores e práticas culturais compartilhados (Brasil, 2009, p. 1).

Esse Decreto preceitua que a territorialidade étnica se configura independente das unidades federativas, pois, o território é um lugar de sustentabilidade e de reafirmação da identidade étnica. No que se refere às demarcações territoriais para os indígenas, a terra permite a produção material da vida e, ao mesmo tempo, sua ancestralidade alinhada à cosmovisão dos grupos:

É preciso sublinhar a diferença entre um conceito de terra como meio de produção, lugar do trabalho agrícola ou solo onde se distribuem recursos animais e de coleta, e conceito de território tribal, de dimensões sócio-político-cosmológicas mais amplas. Vários grupos indígenas dependem, na construção de sua identidade tribal distintiva, de uma relação mitológica com um território, sítio da criação do mundo, memória tribal, mapa do cosmos — [...]. Via de regra, são os grupos que praticam formas de subsistência mais sedentárias os que apresentam tal enraizamento simbólico com seu território (Seeger; Castro, 1979, p. 104).

O território, portanto, é primordial para os povos originários enquanto local de produção e reprodução econômica e cultural. Em Porto Mertinho, MS, os grupos mais afetados com a construção da Rota Bioceânica serão os Kadiwéu em maior número, Kinikinau em menor número pois, desde 2017 para outros Territórios, notadamente para a aldeia Mãe Terra, Território Indígena Cachoeirinha em Miranda e os Terena, que constituem relações por meio dos casamentos interétnicos, todos residentes no Território Indígena Kadiwéu. Conforme indicam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística essa área territorial possui aproximadamente 538.536 hectares, com uma população de aproximadamente 1.697 indivíduos e se constitui em uma das maiores áreas territoriais indígenas (Brasil, 2022).

No que se refere a demarcação do Território Kadiwéu, o pesquisador Giovani José da Silva localiza sua gênese entre o final do século XIX e início do XX por ocasião da Guerra do Paraguai (1864-1870):

A Reserva foi demarcada pela primeira vez entre 1899 e 1903, como forma de reconhecimento por parte do governo do capitão-de-mar-e-guerra Antonio Pedro Alves de Barros (1842-1922), então presidente de Mato Grosso, aos atos de bravura demonstrados pelos indígenas nas escaramuças entre oligarquias locais que lutavam pelo poder em Mato Grosso (Silva, 2018, p. 140).

### Em relação ao idioma, o autor informa:

Os Kadiwéu falam um idioma filiado linguisticamente à família Guaikuru, única no Brasil. Homens e mulheres se expressam utilizando distintas variações dialetais dessa língua, o que provoca ainda mais confusão para um não falante. Os Kadiwéu se dividem em estratos sociais: os *Otagodepodi* ou 'senhores' (considerados 'puros') e os *Niotagipe* ou 'cativos' (descendentes de índios de outras etnias e, portanto, na visão Kadiwéu, considerados 'misturados') (Silva, 2012, p. 67).

O *ethos* guerreiro dos Kadiwéu constitui seus mitos e eventos nos quais tiveram atuação relevante e são recriados, narrados, vivenciados e atualizados constantemente, tendo em vista que estão vinculados aos seus códigos e tradições culturais.

Os Kadiwéu diferenciam pelo menos duas categorias de narrativas [...] parte delas pode ser classificada imediatamente na categoria de mitos, aquelas que os Kadiwéu chamam de 'histórias de admirar', ou 'histórias que fazem milagres', ou 'exemplos de primeira indiada'. São histórias 'sagradas', já que 'sagrado' foi um qualificativo atribuído pelos próprios índios. Referem-se a um tempo não localizável no tempo cronológico, a não ser como tempo fundante.

Um outro tipo de narrativas seria aquele que reúne histórias que, segundo os informantes, são 'histórias que aconteceram mesmo'. Nessa categoria, incluem-se as narrativas sobre guerras contra outros povos, a memória de um passado que se apresenta como 'descrição histórica' de determinados acontecimentos (Pechincha, 1994, p. 80).

Essas categorias de narrativa elaboradas pela autora foram compreendidas por Giovani José da Silva por meio da seguinte distinção:

A diferença entre elas reside no fato de que na primeira categoria estão aquelas histórias que não precisam de comprovação, pois são contadas para provocar o espanto, a admiração de quem as escuta. Na outra categoria estariam histórias contadas pelos mais velhos e apenas a confiança na palavra destes seria suficiente para que se acredite nelas (Silva, 2012, p. 68-69).

Esses rituais de rememoração e/ou vivência de um passado incluem a Festa do Navio, ou *Etogo*, um ritual descrito em detalhes pela pesquisadora Mônica Pechincha, e podem ser impactados com o aumento do tráfego quando a Rota de Integração for implantada.

Segundo Ribeiro (1980, p. 62) os Kadiwéu dominaram boa parte do Chaco até o fim do século XVIII e resistiram à expansão da civilização europeia ameaçando os espanhóis do Paraguai em seus estabelecimentos, bem como as vias de acesso das monções paulistas a Cuiabá. Para o antropólogo a vida guerreira dessa etnia só foi definitivamente abandonada no início do século XX, por meio dos contatos interétnicos e da consolidação processual de sua fixação à margem do rio Paraguai:

Os Kadiwéu começaram a fixar-se definitivamente à margem esquerda do rio Paraguai no começo do século XIX, quando iniciaram o convívio pacífico com os brancos, que só se consolidou um século depois com a cessação total da vida guerreira e a acomodação, que ainda se processa, aos meios de luta pela subsistência aprovados pelos dominadores brancos. Hoje, embora vestidos como os vizinhos neobrasileiros, pastoreando o gado, caçando e curtindo couros com os mesmos métodos destes, ainda conservam muitas das características do povo senhorial, os célebres Índios Cavaleiros que dominaram quase todas as tribos chaquenhas, submetendo muitas delas à servidão (Ribeiro, 1980, p. 62).

Em sua divisão de tarefas os homens Kadiwéu são caçadores, coletores e ligados à pecuária, e as mulheres produzem cerâmicas, se constituindo uma das principais fontes de renda do grupo e constitui-se em dois estilos: os padrões geométricos, abstratos, e o estilo figurativo. Já os Terena e os Kinikinau são ceramistas e agricultores. Estes últimos chegaram ao Território Kadiwéu no início da década de 1940, pois suas terras localizadas entre Miranda e Corumbá foram tomadas por fazendeiros no início do século XX.

Silva (2019) indica que preliminarmente, a pesquisa em escritos produzidos por cronistas, viajantes e exploradores do período colonial luso-brasileiro permite inferir que 4 subgrupos Guaná atravessaram o Rio Paraguai, passando para suas margens orientais: a) Exoaladi; b) Terena; c) Layana; e d) Kinikinau.

O autor registra que destes, apenas os Exoaladi não apresentam, até o momento, descendentes autodeclarados no atual território sul-mato-grossense. Esses subgrupos se deslocaram por meio do Rio Paraguai em fluxos sucessivos a partir da segunda metade do século XVIII e se instalaram na região banhada pelo Rio Miranda, entre os paralelos 19º e 21º de Latitude Sul, onde foram encontrados por não indígenas no século XIX. O autor salienta que os Terena compõem o grupo de maior expressão dentre os remanescentes dos

Guaná na atualidade e os Layana vivem dispersos em aldeias Terena dos municípios de Aquidauana e Miranda.

Os Kinikinau teriam ficado “ocultos” em meio ao grupo majoritário Terena e entre o final do século XIX e o início do século XX foram pouco mencionados em documentos escritos. Tornou-se “natural” se referir a eles como um subgrupo Terena, especialmente após a destruição do último aldeamento reconhecidamente pertencente ao grupo, localizado próximo à região do Rio Miranda, por volta de 1910. A autodenominação do grupo é Koinukunôen, que em seu idioma materno quer dizer “índio guerreiro”, em contraposição a uma identidade Terena impingida a eles através dos tempos (Silva, 2019).

O historiador narra que durante muito tempo os Koinukunôen foram obrigados pelo órgão indigenista oficial a renunciar à sua identidade e a se autodeclarar Terena. Dessa forma, identificar-se como Terena representou, durante muito tempo, uma das estratégias utilizadas pelo grupo Kinikinau para sobreviver a toda sorte de perseguições a que foi submetido.

Os Kinikinau não desejam ser Kadiwéu por terem habitado terras desses índios e muito menos Terena, de quem estão próximos cultural e linguisticamente, oriundos do mesmo grande grupo Guaná/Chané no passado (Silva, 2019, p. 109).

Na atualidade, os Kinikinau vivem, sobretudo, de atividades agrícolas e artesanais. Os mais velhos ainda falam cotidianamente a língua, filiada à família linguística Aruak, e a maioria, composta por crianças, jovens e adultos, comunica-se apenas em língua portuguesa.

Atualmente há um número reduzido de pessoas da etnia Kinikinau vivendo na aldeia São João, nesse Território, mas também há membros desse grupo residindo em aldeias terena nos municípios sul-mato-grossenses de Aquidauana (nas aldeias Bananal, Limão Verde), Miranda (Cachoeirinha, Lalima) e Nioaque (Água Branca, Taboquinha, Cabeceira e Brejão), dentre outras. Além disso, há uma parte do grupo nas chamadas “retomadas” de terras, entre Aquidauana e Miranda, lutando por territórios outrora ocupados pelos ancestrais (Silva, 2019).

No que se refere aos aspectos culturais, a Dança do Bate-Pau cuja encenação pelos homens é denominada *Kipaé'xoti* e *Siputerêna* quando encenada pelas mulheres (Flores; Lacerda; Pinto, 2025, p. 135) também desenvolvi-

da entre os Terena, integra as festividades comemoradas anualmente pelos Kinikinau, como abril indígena, por exemplo. A dança refere-se à participação do grupo na Guerra do Paraguai (1864-1870) e é apresentada por homens e mulheres de várias idades, de crianças a idosos (Silva, 2013).

De acordo com essa autora

[...] toca-se flauta e tambor, para dar ritmo aos passos dos dançarinos. As cores adotadas nos rituais são a vermelha, a azul e a branca. Os figurinos se constituem de penas de ema e de palha e são especialmente preparados para a dança. Os homens e as mulheres carregam longas taquaras nas mãos e com elas desenvolvem uma coreografia, ora batendo as taquaras com as de outros dançarinos, ora batendo-as no chão. O final da dança é marcado pela reunião dos dançarinos em círculo e a união das taquaras, sobre as quais é colocado um guerreiro, que é então erguido e ovacionado. Também registram que na versão dos Terena, apenas homens dançam o Bate-Pau (Silva, 2013, p. 65).

Semelhante aos Terena e os Layana (outros subgrupos Guaná), os Kinikinau também possuíam curandeiros denominados *Koixomunetí*, que realizavam rituais utilizando um chocalho e um penacho com penas de ema, elementos comuns a curandeiros de outros grupos de origem chaquenha, como os Mbayá-Guaikuru, ancestrais dos Kadiwéu. Aparentemente, não há mais *Koixomunetí* entre os Kinikinau. Hoje em dia, muitos são adeptos de religiões cristãs, principalmente de orientação protestante (Souza, 2013).

De acordo com os autores, a cultura material, inclusive a cerâmica elaborada pelas mulheres Kinikinau, segue as antigas tradições culturais Guaná. Escolhida, além de outros, como símbolo de diferenciação do grupo em relação aos Kadiwéu – a despeito de ser inspirada nos desenhos da cerâmica Kadiwéu – e a outros indígenas, a cerâmica Kinikinau tem um papel importante como sinal diacrítico e é comercializada, sobretudo na cidade de Bonito.

Por sua vez, os Terena (*Xané* ou *Poké*) vivem em aldeias localizadas em diversos municípios de Mato Grosso do Sul. Algumas famílias estão espalhadas em aldeias pertencentes a outros povos, inclusive em aldeias Kadiwéu, devido a casamentos interétnicos, e também em áreas urbanas da capital do Estado, Campo Grande. Eles são excelentes agricultores e as mulheres se destacam como ceramistas (Lacerda, 2021). A importância dos Terena é expressa nos seguintes termos:

A etnia Terena foi uma das protagonistas na constituição e consolidação dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste brasileira. Lutou por seus territórios contra os paraguaios e depois contra os brasileiros, que se apossaram das terras terenas quando do término da guerra contra o Paraguai. Fortaleceram-se enquanto etnia e receberam novos territórios, nos quais produziram e reproduziram o modus vivendi terena/arawak (Acçolini; Moura, 2015, p. 249).

Esse grupo étnico é pertencente ao subgrupo Chané e são falantes do tronco linguístico Aruák. Os Terena se autodenominam *Poké'e*, que significa Povo da Terra cuja origem, de acordo com o antropólogo Herbert Baldus, em 1947, está vinculada aos mitos que narram e explicam essa história ao tempo em que se recriam e ressignificam no curso do processo histórico.

Dessa perspectiva, o impacto social da construção da Rota Bioceânica sobre as etnias que vivem na Reserva Indígena Kadiwéu foi dimensionado por meio de várias estratégias metodológicas, como a aplicação de um instrumento diagnóstico e entrevistas semiestruturadas. O ponto de convergência étnico escolhido para essas reflexões é a Escola Municipal Indígena “Ejiwajegi” – Polo e Extensões, mantida pela Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.

## O que o percurso teórico e metodológico nos informa

Com a utilização das ferramentas da História Oral estabelecemos um processo de escuta e diálogo com alguns moradores que atuam na Escola Municipal Indígena “Ejiwajegi” – Polo e Extensões do Território Indígena Kadiweu. A História Oral foi utilizada de acordo com a conceituação apresentada por Alberti:

A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (Alberti, 2010, p. 155).

De acordo com a definição adotada pelo Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC):

[...] As entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. Caracterizam-se por serem produzidas a partir de um estímulo, pois o pesquisador procura o entrevistado e lhe faz perguntas, geralmente depois de consumado o fato ou a conjuntura que se quer investigar.

[...] O trabalho com a metodologia de história oral comprehende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos. Exige, antes, a pesquisa e o levantamento de dados para a preparação dos roteiros das entrevistas. Quando a pesquisa é feita por uma instituição que visa a constituir um acervo de depoimentos aberto ao público, é necessário cuidar da duplicação das gravações, da conservação e do tratamento do material gravado. (Cpdoc, 2015, p. 1).

A produção dos dados orais buscou evidenciar as pistas para a reconstituição do passado por meio da utilização dos roteiros temáticos como forma de apreender as percepções e elementos do cotidiano, do exercício profissional, das relações sociais, dentre outros, dos moradores e educadores. O crivo da análise perpassa a atribuição de sentidos, o reconhecimento dos vestígios e os seus significados, tanto no plano individual, quanto no plano social.

A conexão entre identidade e memória é parte inerente do grupo social. A memória mantém os acontecimentos vivos e se fixam de acordo com o vivido em que a lembrança enfatiza alguns aspectos que são escolhidos e outros esquecidos pelo sujeito. A partir dos diálogos buscamos reconstruir por meio da memória narrada as percepções dos entrevistados sobre os impactos da Rila no Território e no processo educacional da Escola Municipal Indígena “Ejiwajegi” – Polo e Extensões.

A memória ao capturar o tempo revivido suscitou que nossa análise do discurso dos entrevistados desnaturalizasse a narrativa, fazendo os nexos que se constrói recuperando nas teias do dito sobre si, as reconstituições subjetivas da narrativa memorial e os sentidos sociais que o indivíduo evidencia em seu percurso histórico.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 construiu-se uma nova política voltada para a educação escolar indígena:

A partir deste preceito legal, dentro de um panorama de luta por direitos humanos e sociais, é que a “escola para os índios” ou “escola indígena”, começou a

ser pensada. Foi reconhecida a relação da educação como direito de se apresentar as várias culturas e experiências sociais e políticas dos povos indígenas e os problemas decorrentes do seu contato com a sociedade mais ampla.

[...]

A Constituição assegurou, ainda, o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngüe, a qual vem sendo regulamentada por meio de vários textos legais. (Mato Grosso do Sul, 2002, p. 2).

Com a finalidade de compreender a atual configuração dessa escola e a oferta de educação nesse local elaboramos um instrumento que diagnosticou a referida escola, adaptado a partir do instrumento produzido pelo INEP para a realização do Censo Escolar.

De acordo com Silva (2012) há funcionamento de escolas no Território Kadiwéu desde os anos 1940. A atual Escola Municipal Indígena “Ejiwajegi” – Polo e Extensões, foi criada em 1998 e localiza-se na Aldeia Indígena Alves de Barros, Porto Murtinho - MS. Oferece as etapas do Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Anos Finais nas modalidades de ensino regular. O autor registra que,

Até 1997 as escolas localizadas nas aldeias Kadiwéu e Kinikinawa ofereciam somente as quatro séries iniciais do Ensino Fundamental e eram administradas pela FUNAI, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, missões evangélicas, Secretarias Municipais de Educação de Bonito e de Bodoquena e o então Summer Institute of Linguistics, hoje Sociedade Internacional de Lingüística (SIL) (Silva, 2003, p. 2).

Pelas narrativas sobre a escolarização dos Kadiwéu colhidas pelo autor, a Escola Alves de Barros, atualmente vinculada a Secretaria de Estado de Educação, nos anos 1950 foi administrada pelo SPI e sua rotina se estruturava por meio de disciplinamento, que envolvia castigos e punições, forma que se intensificou na década seguinte com a chegada dos militares ao poder e perdurou até a década de 1980.

No final de 1998, foi criada por Lei Municipal de Porto Murtinho (Lei nº 1.149/1998), a Escola Municipal Indígena “Ejiwajegi”— Polo na aldeia Bodoquena, com extensões nas aldeias Barro Preto (Extensão Barro Preto), Cam-

pina (Extensão Campina), São João (Extensão Aquidabã) e Tomázia (Extensão Tomázia) (Silva, 2014).

Os professores indígenas tiveram representação no Comitê de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso do Sul (CEEI/MS) desde 1999, ano da sua criação. No início de 2004, fundaram a Associação de Professores do Território Indígena Kadiwéu (Aprotik). Em 2008, por meio do Decreto nº 12.540, de 18 de abril de 2008, foi instituído o Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso do Sul em que as etnias Kadiwéu, Kinikináu e Terena, dentre outras possuem assento. Além disso, atualmente existe o Fórum de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso do Sul com assento de todas as etnias. Outras ações do poder público foram implementadas por meio da Secretaria de Educação de Porto Murtinho que desenvolve ações na área educacional dentro do Território Indígena Kadiwéu desde a segunda metade da década de 1990. Essas ações emergiram das reivindicações das comunidades indígenas que habitam o referido Território.

Em 1999, foram planejados e executados os cursos de *Formação Linguística* e de *Metodologia do Ensino na Escola Indígena*, em parceria com a UEMS, e, ainda, a *I Etapa de Capacitação Continuada de Professores do Reserva Indígena Kadiwéu*, com recursos exclusivamente municipais.

Por conta dessas ações, a partir de 2000, os professores não indígenas atuando nas séries iniciais do Ensino Fundamental foram substituídos por docentes indígenas. A comunidade indígena da Escola da aldeia Bodoquena, havia reivindicado a instalação de uma turma de Educação Infantil a fim de instalar a 5ª série do Ensino Fundamental, para que os indígenas pudessem dar continuidade aos estudos na própria aldeia.

Na atualidade, a escola conta em seu quadro com 8 (oito) professores indígenas, sendo 7 (sete) com formação no ensino superior e 01 (um) no ensino médio. Desse total, 02 (dois) professores possuem Especialização e 01 (um) professor com mestrado. Quanto aos polos o total de professores é de 39 professores (Qedu, 2025, p. 1).

**Quadro 1** - Área de formação dos professores indígenas

<b>Disciplina ministrada na escola</b>	<b>Turma que atua</b>	<b>Formação do professor</b>
Filosofia, Sociologia, História, Literatura e Produção de texto , Projeto de vida	1º,2º e 3º	Cursando Ed. Física
Geografia e História	1º,2º e 3º	Licenciatura em Geografia
Língua Materna e Questões Indígenas	1º,2º,3º	Intercultural Indígena – Linguagens
Língua Portuguesa, Projeto de vida	1º e 2º	Licenciatura em Letras
Biologia e Química	1º,2º e 3º	Intercultural Indígena – Matemática
Arte e Educação Física	1º,2º e 3º	Intercultural Indígena – Linguagens
Matemática e Física	1º ,2º e 3º	Intercultural Indígena – Matemática
Língua Inglesa ,Literatura e Produção de texto e Língua Portuguesa	1º,2º e 3º	Licenciatura em Letras

**Fonte:** Figueira; Lacerda; Pinto, 2024.

A língua em que o ensino é ministrado é a Portuguesa, porém há em sua matriz curricular o ensino da língua Kadiwéu por 2 (dois) professores indígenas, tendo em vista que há diferença nos falares feminino e masculino, estruturando-se por meio do gênero:

Mais uma observação interessante é o fato de que as crianças, quando bem pequenas, costumam utilizar a fala da mulher, visto que ficam sob os cuidados da mãe. Os meninos com um pouco mais de idade, quando já conseguem compreender que existe a diferença na fala de homens e mulheres, começam a cuidar mais de sua fala e são corrigidos pelos pais de modo a utilizarem a forma correta. Até os meninos dominarem a fala dos homens, eles são motivo de brincadeira pelas crianças maiores quando pronunciam uma palavra que pertence à fala das mulheres. Para as meninas o processo se torna um pouco mais simples, visto que são criadas pela mãe e não precisam “corrigir” sua fala quando maiores. Mas necessitam compreender a fala masculina para que a comunicação se efetive, por exemplo, nos casos em que a diferença de fala está no nível lexical (Souza, 2012, p. 30-31).

Sobre a questão da língua o professor Osmar Francisco e a professora Vanda Pires fazem as seguintes considerações, respectivamente:

Sim, a língua Kadiwéu tá indo pro rumo do enfraquecimento. Como nós temos 840 pessoas da aldeia Alves de Barros, que é a aldeia centralizada, e agora nós só temos apenas 240 pessoas falantes. Tem casas que não tem mais ninguém que fala. E que são 72 famílias. Tem casas que você não acha um falante (Francisco, 2024, p. 1).

Agora com a língua feminina. A diferença dela é a duplificação de uma vogal da língua feminina. E como o Osmar já falou, as meninas mais novas estão deixando de falar.

Estão mais falando a língua de idioma. Então, nem na escola a gente consegue ensinar. Não dá na grade curricular também. E o professor só é masculino. Então a gente não consegue ajudar.

Eu ensino muito as minhas filhas bastante. Às vezes elas acompanham o Osmar. E aí às vezes eu corrijo sempre (Pires, 2024, p. 1).

A questão apontada pela professora Vanda Pires é que em sala de aula não existe uma dupla de professores homens e mulheres falantes para dirigir-se de forma adequada a alunos e alunas na língua Kadiwéu. Assim, a existência de um único gênero em sala de aula ministrando a disciplina fragiliza o aprendizado do outro gênero.

Sobre a gestão da escola ela ocorre da seguinte forma:

Nós temos aqui duas escolas, a escola estadual e a escola municipal. A municipal atende desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental, até o 9º ano, que os professores são os indígenas. Mas o que me deixa um pouquinho triste é porque a secretaria da escola não fica [no Território], fica em Porto Mortinho, a 400 km daqui, né? Então o diretor fica lá e o secretário, o único que responde aqui é o adjunto diretor e o coordenador pedagógico. Então, e aí fica essa questão pra nós, mas espero que um dia a gente poder alcançar e atingir o objetivo de trazer a secretaria aqui dentro da aldeia, e funcionar ela como escola (Francisco, 2024, p. 1).

Questionado sobre como são as tomadas de decisões internas da escola foi-nos respondido que:

Nesse caso, a gente é comunicado pela direção da escola. A gente senta e conversa. E aí, se tem questão pra levar para os pais, a gente comunica aos pais. A liderança tribal, o Cacique. O Cacique sempre é presente na escola, às vezes ele

não faz nada, mas ele vai lá só pra ver como que tá, como que funciona, se precisar de alguma ajuda dele, né? Então, a gente também fica grato pela disposição dele, porque a gente vê que o Cacique ele não tem salário, né? Ele trabalha pelo amor de cuidar da sua comunidade. Então, eu acho fantástico o trabalho dele, né? E aí, a questão do ensino médio, a escola estadual, ela atende só ensino médio. Da noite, nós temos primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio. E aí, também a nossa secretaria, diretora, fica na cidade de Bodoquena. Agora, a sede vai ser de um espaço onde ela vai ficar, né? A sua secretaria, né? Todas as coisas lá em Bodoquena. Só fica aqui o coordenador pedagógico aqui. Então, todo diretor, diretor adjunto, secretária fica em Bodoquena. E eles não são indígenas, né? São brancos, né? Mas o coordenador pedagógico, ele é indígena. E os alunos, por exemplo, terminam o ensino médio? Eles [os alunos do ensino médio] entraram nas escolas públicas, nas universidades públicas. Então, a gente fica muito feliz pelo avanço, né? Acho que cada conquista de cada aluno para nós é um troféu (Francisco, 2024, p. 1).

A escola disponibiliza seu espaço para as festividades da comunidade, tais como festas culturais, encontros de famílias. Desse modo, o estudo da história e das culturas que circulam em uma instituição escolar contribui para analisarmos como a construção da Rila – Rota de Integração Latino-Americana impactará essa instituição como organização social com sua prática cultural singular.

As organizações escolares, ainda que estejam integradas num contexto cultural mais amplo, produzem uma cultura interna que lhes é própria e que exprime os valores (ou os ideais sociais) e as crenças que os membros da organização partilham (Brunet, 1988 *apud* Nóvoa, 1995, p. 28).

Para esse autor a cultura externa, bem como as variáveis culturais existentes no contexto influenciam também a identidade da escola, pois os elementos da cultura organizacional interagem com a comunidade. Assim, adaptando o esquema de Hedley Beare (1989), Nóvoa afirma que é possível visualizar alguns elementos da cultura organizacional da escola como:

[...] ZONA DE INVISIBILIDADE: bases conceituais e pressupostos invisíveis: Valores, crenças ideologias ZONA DE VISIBILIDADE: 1) Manifestações verbais e conceituais: (fins objetivos, currículo e linguagem) 2) Manifestações visuais e simbólicas: (artefatos e logotipos, arquitetura, imagem externa, uniformes etc); 3) Manifestações comportamentais: rituais, cerimônias, normas regulamentos, procedimento operacional etc. (Nóvoa, 1995, p. 30, grifo do autor).

De acordo com Nóvoa (1995) as bases conceituais e pressupostos invísiveis são um conjunto de elementos que integra os valores, as crenças e as ideologias dos componentes da escola. Os valores dão significado às ações sociais e são referências para o comportamento individual e para as condutas grupais. Assim, no interior da escola temos a compreensão da importância e valorização dos elementos da cultura, expressos na fala da coordenadora Rosilene da Silva Matchua de Práticas Inovadoras que por ocasião da entrevista estava organizando em conjunto com os docentes uma feira de ciências que, dentre outras ações previa:

Eles vão trabalhar com bastante plantas medicinais também na Feira e é uma coisa interessante também.

Alguns professores estão desenvolvendo a metodologia de trabalhar com árvores. Trabalho de campo, né? Primeiro eles vão em busca dessas árvores, fazer a coletagem.

Depois eles vão escrever sobre a pesquisa deles para depois poder apresentar.

Aí falam para o que serve, o benefício (Matchua, 2024, p. 1).

Questionada sobre quem os alunos consultariam para fazer as coletas, foi-nos respondido:

Primeiro é o professor, né? O professor vai orientar. Segundo a gente conversar com eles para eles perguntarem para os familiares e terceiro para os anciões. Tipo os familiares têm sua própria visão e aí eles vão consultar com os anciões que têm mais sabedoria também (id. Ibid).

As manifestações visuais e simbólicas são todos os elementos que possuem uma forma material e que podem ser identificados visualmente (Nóvoa, 1995). Os aspectos destacados por Nóvoa nos possibilita compreender a produção das artesãs com o grafismo Kadiwéu em roupas, telas, vasos e com a expressiva cerâmica.

**Figura 1.** Camisetas para comercialização na Comemoração da Cultura na Escola Marechal Rondon – Aldeia Campina



**Fonte:** Figueira; Lacerda; Pinto, 2024.

**Figura 2.** Telas para comercialização na Comemoração da Cultura Kadiwéu



**Fonte:** Figueira; Lacerda; Pinto, 2024.

**Figura 3.** Exposição de artefatos na Comemoração da Cultura na Escola da Aldeia Campina



**Fonte:** Figueira; Lacerda; Pinto, 2024.

**Figura 4.** Preparação para a Comemoração da Cultura na Escola da Aldeia Campina



**Fonte:** Figueira; Lacerda; Pinto, 2024.

### A ceramista Cleuza Vergílio descreve o processo de fabricação da cerâmica:

Então ela é feita de argila, a cerâmica, a gente vai produzindo ela com argila e vai depois que seca que vai no forno, aí no forno que a gente passa a cor preta que é a resina de pau santo, aí depois quando esfriar ou talvez no dia seguinte pra gente passar o branco e depois vai as cores, os pigmentos de várias cores, esse branco aí é feito esse branco a gente retira debaixo do córrego, tudo isso é natural, os pigmentos a gente consegue aqui dentro do território também, a cor branca, verde, amarelo, vermelho, todas as cores também já quero falar um pouco, como a gente preservar a natureza, o território, porque através dela que a gente consegue a resina, as cores da terra (Vergílio, 2024, p. 1).

**Figura 5.** Ceramista Cleuza Vergílio



**Fonte:** Figueira; Lacerda; Pinto, 2024.

**Figura 6.** Ceramista Brandina Vergílio



**Fonte:** Figueira; Lacerda; Pinto, 2024.

**Figura 7.** Cerâmica antes da pintura



**Fonte:** Figueira; Lacerda, 2024.

**Figura 8.** Pau santo



**Fonte:** Figueira; Lacerda, 2024.

Nóvoa (1995) trata da importância das manifestações comportamentais. Essas manifestações são todos os elementos capazes de influenciar o comportamento dos membros da escola, tais como as atividades normais da escola e o modo como são desempenhadas. Por ocasião das festividades da Cultura, ocorrida no pátio da escola polo Marechal Rondon com a presença da comunidade, houve desfile para eleger as misses Guardiã da Cultura disputada por jovens e meninas, dança dos homens e das mulheres e almoço com churrasco, exposições fotográficas, de artesanatos, dentre outras atividades que reafirmam o valor da cultura Kadiwéu.

Sobre os impactos da Rila – Rota de Integração Latino-Americana temos as seguintes considerações:

Eu acho que vai ajudar em algumas partes, mas também eu acho que vai prejudicar o território.

Uma vez eu estava comentando com o senhor, ele estava lembrando, eu falei porque aqui tem a vantagem e a desvantagem, porque se o governo abrir o estado dentro do território indígena, é mais fácil de sair...

Os traficantes para dizer por dentro que tem a saída entre Bonito até o rio Naitaca e o rio Nabiléque, aí já sai na fronteira com a Bolívia, que você vê a de Bonito nessa estrada que sai de Bonito, aí entra na aldeia Tomasia, da aldeia Tomasia entra na Nabiléque, na Nabiléque vem a Naitaca.

Já aconteceu, mas assim, roubo de gado.

Já aconteceu várias vezes, aí os próprios, a comunidade vai e resolve.

No ano passado, ano retrasado, teve roubo de gado.

O cara roubou o gado de um fazendeiro e entrou por dentro do território, só que daí o próprio índio viu e denunciou para a comunidade e a comunidade prenderam o carro e entregaram para a polícia.

Então é isso que tem essas coisas, imagina quando a estrada é aberta, mas também tem a vantagem, que vai melhorar a nossa estrada e melhorar, eu creio que vai melhorar a venda de mercadoria (Vergílio, 2024).

Quando perguntado sobre a implantação da Rota, a mesma preocupação aparece na fala de Osmar Francisco que trabalha desde 2004 na Escola Municipal Indígena “Ejiwajegi” – Polo e Extensões e é, atualmente, professor de matemática:

Eu tenho duas visões que eu vejo. Ela [a Rota] tem uma vantagem que cruza aqui pela nossa região, que facilita as vendas do nosso povo. Pode ser artesanato e pode ser outras coisas que eles podem vender, então facilita. Mas, também, eu tenho um, assim, medo, vamos dizer, que pode também entrar outras coisas que não é agradável e pode atingir a nossa comunidade. Dentro da nossa região, nossas aldeias, dentro da nossa comunidade. Pode causar algumas coisas negativas.

– O que você acha que de negativo teria?

Eu acho que negativo, uma facção, alguma coisa, pode trazer alguns elementos que não prestam, que prejudicam a saúde das pessoas, drogas, outras coisas assim. Porque terminando essa ponte fica bem mais fácil de ir para outro lugar e vir para cá.

- É grande o número de usuários de droga?

Daqui na nossa aldeia vejo, são poucos que a gente sabe que eles são usuários.

Nosso coração chora por eles, porque são juventudes que poderiam ter uma outra visão, ter uma vida digna diante da sua família, diante da comunidade, mas eles acabaram caindo nesse caminho que é desagradável. Então, estão amarrados com esse elemento, esqueceram do futuro. Então eles vivem procurando esse elemento e aí eles não estudam, né? (Francisco, 2024, p. 1).

O professor Etelvino de Almeida, geógrafo, também se manifestou sobre os impactos:

Eu vejo assim, vai trazer umas coisas boas e ao mesmo tempo vai trazer um impacto nas aldeias, porque o acesso tá ali, né? O acesso tá ali perto. E vai vir muita gente. E o território aqui é aberto, não tem nada pra controlar. E a gente não sabe o que que vai passar por dentro das aldeias, das vias, né? Porque aqui tá Tomásia, ali no norte, e tem uma estrada aqui. Se a pessoa vier, sai lá na saída de Corumbá. E é preocupante isso com essa nova geração no meu ponto de vista. Esse daí é um dos grandes problemas.

Apesar que a cidade vai ter uma estrutura assim de melhoria, só que a cidade de Porto Mortinho vai ter esse impacto também, né?

[...]

Olha, professora, se o município nosso preparar a população, a juventude vai ter bastante melhoria. Porque vai abrir espaço, emprego para as pessoas. Só que eu acho que as pessoas têm que se preparar.

- Então aumenta o emprego para vocês aqui também?

Eu acho que sim. Eu acho que vai abrir o acesso para os turistas. E vai ter bastante...

Eu acho que vai ser bom para os artistas. Para vender os produtos. Mais gente passando pode ser consumidores (Almeida, 2024, p. 1).

A mesma preocupação emerge na fala do professor Laércio Barbosa Victor, formado pela licenciatura indígena ofertada pela UFMS e coordenador pedagógico da Escola Municipal Indígena “Ejiwajegi” – Polo e Extensões ao

manifestar seu temor em relação ao tráfico por conta do Território ser aberto e não possuir proteção policial, questão já discutida pelos pais dos alunos:

É um território aberto e como nós não temos segurança pública dentro não é que nem a cidade que tem a segurança pública, aqui nós não temos segurança nenhuma. Então, quem cuida da comunidade é a liderança, mas ela não é polícia. Ele não faz essa atuação como o serviço da cidade, a segurança pública. Então, aqui praticamente a gente cuida um do outro (Victor, 2024, p. 1).

Assim, a segurança do Território e da comunidade, notadamente as crianças, é o principal fator de preocupação dos participantes da pesquisa.

## Considerações finais

Os povos do Território Kadiwéu residem na maior área do Centro-Oeste do Brasil com 538 mil hectares e trazem em sua constituição histórica a luta pela implantação e fortalecimento de instituições escolares desde a primeiro quartel do século passado. Essa área localiza-se no município de Porto Murtinho – MS e engloba em seu interior várias aldeias cujas escolas polos convergem para a principal, que é a Escola Municipal Indígena “Ejiwajegi” – Polo e Extensões. A denominação *Ejiwajegi* é como os indígenas referem-se a si próprios na língua Kadiwéu (Griffiths, 2002, p. 42).

Quando o governo brasileiro começou as tratativas para a implantação da Rota de Integração Latino-Americana envolveu vários governos, universidades e setores da sociedade civil, os pesquisadores debruçaram-se sobre os impactos em vários níveis de abrangência a fim de perscrutar os envolvidos e contribuir para a discussão, como forma de atenuar /resolver os problemas que advirão.

Nessa perspectiva, os dados empíricos evidenciam por parte dos entrevistados a preocupação com a implantação da Rota de Integração latino-Americanica (Rota Bioceânica) que pode provocar raptos de crianças que circulam livremente em um amplo território aberto, sem cercamento que possa proteger essa área. Além disso, na perspectiva dos Kadiwéus pode ocorrer com mais intensidade o tráfico de drogas e de pessoas, pois passaram a ter possibilidade de alcançar com mais rapidez a fronteira com a Bolívia.

Essa condição impactará no ir e vir das crianças que circulam livremente pelo território tanto para o deslocamento de suas casas para a escola quanto para brincarem com os colegas e visitarem os familiares.

Também há expectativa de aumento de fluxo de turismo e que incrementará a venda do artesanato, pois a produção da cerâmica, uma das atividades produtivas a cargo das mulheres Kadiwéu e que em muitos casos representa o sustento familiar, aspecto que tem merecido atenção dos entrevistados.

Um aspecto positivo desse impacto poderá ser o aumento nas vendas dos produtos e no valor agregado, porém a intensificação da demanda pode acarretar em alterações nas relações produtivas, visto que exigirá mais tempo de dedicação em detrimento de outras atividades no âmbito dos coletivos familiares e ou na associação das mulheres artesãs ao longo da consolidação da Rota de Integração Latino-Americana. Assim, os entrevistados também esperam a instalação de pontos de comércio variados, oferecendo as cerâmicas Kadiwéu para os caminhoneiros/as, turistas e viajantes em geral.

---

## IMPACTOS DA ROTA DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA NO TERRITÓRIO INDÍGENA KADIWÉU

**Resumo:** Este artigo apresenta os resultados da pesquisa interinstitucional "Análise dos Impactos Educativos e Sociais da Construção da Rota Bioceânica sobre os Grupos Originários da Reserva Indígena Kadiwéu, MS, Brasil" vinculada ao Eixo de Trabalho Impactos Sociais desenvolvido em parceria com as Universidades da Rota de Integração Latino-Americana (UniRila). A pesquisa qualitativa realizada no Território Indígena Kadiwéu localizado em Porto Murtinho, foi construída em três momentos: o primeiro com a apresentação da proposta para as lideranças, moradores, professores, gestores da Escola Municipal Indígena "Ejivajegi" – Polo e Extensões e a Secretaria de Educação de Porto Murtinho; o segundo com a participação nas festividades da Cultura Kadiwéu e o terceiro com a escuta e diálogo com moradores, professores e gestores da referida Escola. Dessa forma, foram doados materiais escolares, aplicado um diagnóstico da escola e realizadas entrevistas, registros fotográficos e filmes. A preocupação com a implantação da Rota de Integração latino-Americana (Rota Bioceânica) evidencia os seguintes pontos: preocupação com o rapto de crianças que circulam livremente em um território aberto (538 mil hectares); Intensificação do tráfico de drogas e de pessoas; Interferências no ir e vir das crianças; Expectativa de aumento de fluxo de turismo e venda do artesanato.

**Palavras-chave:** Rota de Integração Latino-Americana, educação escolar indígena; cultura indígena; Corredor Rodoviário Bioceânico; Território indígena.

## IMPACTOS DE LA RUTA DE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA EM EL TERRITORIO INDÍGENA KADIWÉU

**Resumen:** Este artículo presenta los resultados del proyecto de investigación interinstitucional "Análisis de los Impactos Educativos y Sociales de la Construcción de la Ruta Biocéánica en los Grupos Indígenas de la Reserva Indígena Kadiwéu, Mato Grosso do Sul, Brasil", vinculado al Eje de Trabajo de Impactos Sociales, desarrollado

en colaboración con las Universidades de la Ruta de Integración Latinoamericana (UniRila). La investigación cualitativa, realizada en el Territorio Indígena Kadiwéu en Porto Murtinho, se desarrolló en tres fases: el primero con la presentación de la propuesta a los dirigentes, moradores, profesores, directivos de la Escuela Municipal Indígena "Ejiwajegi" – Polo y Extensiones y al Secretario de Educación de Porto Murtinho;; la segunda con la participación en las festividades de la Cultura Kadiwéu; y la tercera con la escucha y el diálogo con residentes, docentes y administradores de la escuela mencionada. Así, se donaron útiles escolares al docente y a la escuela, se realizó una evaluación escolar y se realizaron entrevistas, fotografías y filmaciones. Las preocupaciones sobre la implementación de la Ruta de Integración Latinoamericana (Ruta Bioceánica) resaltan los siguientes puntos: preocupación por el secuestro de niños que deambulan libremente en un territorio abierto (538 mil hectáreas); intensificación del tráfico de drogas y personas; interferencia en el movimiento de niños; expectativa de aumento del flujo turístico y de ventas de artesanías.

**Palabras clave:** Ruta de la Integración Latinoamericana, educación escolar indígena, cultura indígena; Corredor Vial Bioceánico; Territorio indígena.

## IMPACTS OF THE LATIN AMERICAN INTEGRATION ROUTE ON THE KADIWÉU INDIGENOUS TERRITORY

**Abstract:** This article presents the results of the interinstitutional research project "Analysis of the Educational and Social Impacts of the Construction of the Bioceanic Route on the Indigenous Groups of the Kadiwéu Indigenous Reserve, Mato Grosso do Sul, Brazil," linked to the Social Impacts Work Axis developed in partnership with the Universities of the Latin American Integration Route (UniRila). The qualitative research, conducted in the Kadiwéu Indigenous Territory in Porto Murtinho, was constructed in three phases: the first with the presentation of the proposal to the leaders, residents, teachers, managers of the Municipal Indigenous School "Ejiwajegi" – Polo and Extensions and the Secretary of Education of Porto Murtinho;; the second with participation in the festivities celebrating Kadiwéu Culture; and the third with listening and dialogue with residents, teachers, and administrators of the aforementioned school. Thus, school supplies were donated to the teacher and the school, a school assessment was conducted, and interviews, photographs, and film were taken. Concerns about the implementation of the Latin American Integration Route (Bioceanic Route) highlight the following points: concern about the kidnapping of children who roam freely in an open territory (538 thousand hectares); Intensification of drug and human trafficking; Interference in the movement of children; Expectation of increased tourism flow and sales of handicrafts.

**Keywords:** Latin American Integration Route, indigenous school education; indigenous culture; Bioceanic Road Corridor; Indigenous territory.

---

## SOBRE AS AUTORAS

### Kátia Cristina Nascimento Figueira

Graduada em História (1987), mestre em Educação (1997), doutora em Educação (2011) e pós-doutora em Educação (2020). Professora titular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul nos cursos de graduação em Pedagogia e pós-graduação *Stricto Sensu* Mestrado e Doutorado Profissional em Educação. Vice-líder do grupo de pesquisa Educação, Cultura e Diversidade da UEMS vinculado à Rede de Pesquisa Internacional para a América Latina, Europa e Caribe - ALEC. Coordena o Centro de Documentação em Educação, Diversidade Cultural e Linguagens. Exerceu, na UEMS a função de gerente da Unidade Universitária de Campo Grande, a de coordenadora de curso *lato sensu* em Currículo e Diversidade: Gênero, raça e etnia, coordenadora do Mestrado Profissional em Educação e coordenadora do curso *lato sensu* em Gestão Universitária. E-mail: katiufigueira@uems.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4101-9480>.

### Léia Teixeira Lacerda

Professora titular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no Curso de Pedagogia e no Programa de Doutorado e Mestrado Profissional em Educação. Editora da Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem

- Qualis Capes (B1). Atualmente é Coordenadora do Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão Educação, Linguagem, Memória e Identidade/CELMI-UEMS e líder do Grupo de Pesquisa: Educação, Cultura e Diversidade. Bolsista PQ Fundect-CNPq. E-mail: leia@uem.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3752-0790>.

#### Maria Leda Pinto

Docente Sênior do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Letras e do Programa de Mestrado Profissional em Letras da Unidade Universitária de Campo Grande, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil. Pesquisadora Associada do Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação, Linguagem, Memória e identidade.  
e-mail: [marialedapinto25@gmail.com](mailto:marialedapinto25@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2826-7730>.

## Referências

- ACCOLINI, G.; MOURA, N. Os Terena em Mato Grosso do Sul. In: CHAMORRO, G.; COMBES, I. (Orgs.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul**: história, cultura e transformações sociais. Dourados: Editora UFGD, 2015. p. 249-266.
- ALBERTI, Verena. Fontes Orais. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Orais**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.
- ALMEIDA, Etelvino. Entrevista a Kátia Cristina Nascimento Figueira, Léia Teixeira Lacerda e Roney Pires, Território Kadiwéu, 11 de junho de 2024.
- ASATO, Thiago Andrade; CONSTANTINO, Michel; DORSÁ, Arlinda Cantero; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. Rota de Integração Latino-Americana (RILA) para o desenvolvimento turístico. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. especial, p. 45–56, 2019. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/1994>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- BENITES, Maristela; MAMEDE, Simone; CENTENO, Carla Villamaina; ALVES, Gilberto Luiz. Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul, e o Corredor Biocêânico: caminhos possíveis para a sustentabilidade socioambiental. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. especial, p. 267-284, 201.
- BRASIL. Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 28 maio 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm). Acesso em: 10 jul. 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2022**: mais da metade da população indígena vive nas cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42277-censo-2022-mais-da-metade-da-populacao-indigena-vive-nas-cidades>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Cpdoc. Fundação Getúlio Vargas. **O que é história oral?** Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>. Acesso em: 06 nov 2015.
- CHAMORRO, Graziela; COMBÉS, Isabelle. **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul**: história, cultura e transformações sociais. Dourados-MS: Editora UFGD, 2015.
- FLORES, Nilzilene Paiz; LACERDA, Léia Teixeira; PINTO, Maria Leda. A dança Kipaé'xoti e Siputerêna na escola municipal indígena feliciano pio da aldeia ipegue, Aquidauana, MS, Brasil. **Tellus**, [S. l.], v. 24, n. 53, 2025. DOI: 10.20435/tellus.v24i53.1072. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/1072>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- FRANCISCO, Osmar. Entrevista a Kátia Cristina Nascimento Figueira, Léia Teixeira Lacerda e InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.31, n.61, p.10-39, jan./jun. 2025

Léia Teixeira Lacerda & Kátia Cristina Nascimento Figueira  
Roney Pires, Território Kadiwéu, 11 de junho de 2024.

GRIFFITHS, Glyn. **Dicionário da Língua Kadiwéu.** Cuiabá, MT: Sociedade Internacional de Linguística, 2002. Disponível em: <https://www.sil.org/system/files/reapdata/74/06/08/7406083970601162756896570533590209458/KDDict.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2025.

LACERDA, Léia Teixeira. **Corpos indígenas, cultura e alteridade Kadiwéu em fronteiras.** Curitiba: CRV, 2021.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MATO GROSSO DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Indicação n. 38, de 25 out 2002.** Estabelecer normas para a organização, estrutura e funcionamento das Escolas Indígenas pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, para a oferta da Educação Escolar Indígena. Disponível em: <https://www.cee.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/indica%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-38.pdf>. Acesso em: 13 jul 2025.

MATCHUA, Rosilene da Silva. Entrevista a Kátia Cristina Nascimento Figueira, Léia Teixeira Lacerda e Roney Pires, Território Kadiwéu, 13 de junho de 2024.

MENESES, Antônio Vaz de; RODRIGUES, Francilene dos Santos. A construção de uma cultura de fronteira no espaço transfronteiriço do Brasil e da Guiana. **Textos&Debates**, Boa Vista, nº 27, v.1, pp. 53-66, jan/jun 2015.

OLIVEIRA, T. C. M de. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – Reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege),** v. 11, n. 15, p. 233-256, 2015.

NINCAO, O. S. **Kóho Yoko Hovôvo/ O Tuiuiu e o Sapo:** identidade, bilinguismo e política linguística na formação continuada de professores Terena. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

NÓVOA, Antônio. **As organizações escolares em análise.** 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

PECHINCHA, M. T. S. **Histórias de admirar:** mito, rito e história Kadiwéu. 1994. 202f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 1994.

PIRES, Vanda. Entrevista a Kátia Cristina Nascimento Figueira, Léia Teixeira Lacerda e Roney Pires, Território Kadiwéu, 11 de junho de 2024.

PROJETO DE PESQUISA. **Rotas das fronteiras:** Os impactos sociais junto às comunidades locais dos territórios que integram o corredor rodoviário bioceânico. 2018, 21p.

QEDU. Em Indigena Ejiwajegi - polo e extensoes. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/50000764-em-indigena-ejiwajegi-polo-e-extensoes/censo-escolar>. Acesso em 13 jul 2025.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

SEGER, Anthony; CASTRO, Eduardo B. Viveiros de. Terra e territórios indígenas no Brasil. **En-contros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 101-109, jun. 1979.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da. **Interdisciplinaridade na temática indígena:** aspectos teóricos e práticos da educação, arte e cultura. 2013. Tese. (Doutorado em Educação Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: [https://www5.pucsp.br/gepi/downloads/TESES\\_CONCLUIDAS/ana\\_lucia\\_gomes\\_2013.pdf](https://www5.pucsp.br/gepi/downloads/TESES_CONCLUIDAS/ana_lucia_gomes_2013.pdf). Acesso em 10 ago. 2024.

SILVA, Giovani José da. **A reserva indígena Kadiwéu (1899 – 1984):** memória, identidade e história. Dourados: Editora UFGD, 2014.

SILVA, Giovani José da. Categorias de entendimento do passado entre os Kadiwéu: narrativas, memórias e ensino de história indígena. **Revista História Hoje**, v. 1, p. 59-79, 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/41>. Acesso em: 13 set. 2023.

SILVA, Giovani José da. Desafios do ensino de história em uma escola indígena de Mato Grosso do Sul (ou de como os Kadiwéu tornaram-se “antropólogos de si mesmos”). In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., João Pessoa, 2003. **Anais** [...]. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177543\\_15dafbf6f87bf5d6f509830590c1d3c0.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177543_15dafbf6f87bf5d6f509830590c1d3c0.pdf). Acesso em: 13 set. 2023.

SILVA, Giovani José da. Protagonismos indígenas em Mato Grosso (do Sul): Memórias, narrativas e ritual Kadiwéu sobre a Guerra (sem fim) do Paraguai. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 10, p. 136-157, 2018.

SILVA, Giovani José da. Trajetórias diáspóricas indígenas no tempo presente: terras e territórios Atikum, Kamba e Kinikinau em Mato Grosso (do Sul). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 98 - 126, 2019. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311282019098>. Acesso em: 28 set. 2021.

SOUZA, Lilian Moreira Ayres. **Descrição da fala masculina e da fala feminina na língua Kadiweu**. 2012. 137fl. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2012.

VICTOR, Laércio Barbosa. Entrevista a Kátia Cristina Nascimento Figueira, Léia Teixeira Lacerda e Roney Pires, Território Kadiwéu, 12 de junho de 2024.

VERGÍLIO, Cleuza. Entrevista a Kátia Cristina Nascimento Figueira, Léia Teixeira Lacerda e Roney Pires, Território Kadiwéu, 11 de junho de 2024.

**The Creative Commons License in Revista InterMeio**

**CC BY-NC-SA:** This license allows reusers to distribute, remix, adapt, and build upon the material in any medium or format for non-commercial purposes only, and only so long as attribution is given to the creator. If you remix, adapt or build upon the material, you must license the modified material under identical terms.

CC BY-NC-SA includes the following elements: • BY: Credit must be given to the creator; • NC: Only noncommercial uses of the work are permitted; • SA: Adaptations must be shared under the same terms.